



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - CAMPUS CUITÉ
CURSO DE BIOLOGIA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos
portadores de necessidades especiais**

Ana Lúcia Santos Silva Gomes

**Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Freitas
Paula**

**CUITÉ-PB
2013**

ANA LUCIA SANTOS SILVA GOMES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos portadores
de necessidades especiais**

*Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Ciências Biológicas da Universidade
Federal de Campina Grande como forma de
obtenção do título de licenciado.*

**Orientador: Prof. Dr. José Carlos de
Freitas Paula**

**Coorientador: Prof. Msc. Lauro Pires
Xavier Neto**

**CUITÉ – PB
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

G633e Gomes, Ana Lúcia Santos Silva.

Educação Inclusiva: um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos portadores de necessidades especiais. / Ana Lúcia Santos Silva Gomes – Cuité: CES, 2013.

51 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2013.

Orientador: Dr. José Carlos de Freitas Paula.

1. Educação inclusiva. 2. Formação do educador. 3. Educando – necessidades especiais. I. Título.

CDU 376

ANA LÚCIA SANTOS SILVA GOMES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos portadores
de necessidades especiais**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pela aluna Ana Lúcia Santos Silva Gomes, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFCG/ Campus de Cuité, para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovado em _____ de _____ de _____

Comissão Examinadora

José Carlos de Freitas Paula
Orientador

Dr. Ramilton Marinho Costa
Examinador

Dr. José Justino Filho
Examinador

**CUITÉ/ PB
2013**

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta jornada, muitas são as pessoas a quem preciso agradecer. Minha eterna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado, foi preciso muito esforço, determinação, paciência e perseverança para chegar até aqui e nada disso eu conseguiria sozinha.

A Deus, pela vida, a minha família, que soube compreender as minhas ausências e me ajudaram nas horas que mais precisei, especialmente ao meu esposo Leonardo César Gomes e meu filho Gilseph Lopes dos Santos, que estiveram sempre presentes nas horas difíceis, me apoiando e vivenciado comigo passo a passo todos o detalhes deste trabalho, e por tornarem minha vida cada dia mais feliz.

Ao Professor, José Carlos de Freitas Paula, que com muita paciência e atenção, dedicou seu valioso tempo para me orientar em cada passo deste trabalho, também ao professor Lauro Pires Xavier Neto, por sua contribuição no resultado final deste trabalho.

Ao Professor Ramilton Marinho Costa, pelo apoio e contribuições na qualificação e acolhimento deste trabalho e pela amizade que construímos ao longo desse curso.

Ao Professor José Justino Filho, que contribui de forma significativa para a conclusão desse trabalho.

A todos os professores do CES que de forma direta ou indiretamente, participaram deste sonho que agora realizo com sucesso, especialmente aos Professores Flavia Lins e Francisco José Victor de Castro.

A Diretora e aos professores da Escola Municipal Jose Ribeiro Diniz que participaram da pesquisa pela indispensável colaboração, para os quais, espero de algum modo, contribuir com este trabalho.

Aos meus colegas de classe, pelos momentos agradáveis que passamos juntos e pelas trocas de experiências que foram concretizadas.

DEUS pela sua presença em nossa vida, pois é através dela que consigo trilhar caminhos e superar os obstáculos que se apresentam na minha vivência

DEDICO

Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

GOMES, Ana Lúcia Santos Silva. **Educação Inclusiva: um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos portadores de necessidades especiais** Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de Campina Grande. UFCG, Cuité/PB.

RESUMO

Incluir é mais do que permitir que pessoas diferentes sejam aceitas em meio às pessoas que se consideram “normais”. Incluir vem a ser a possibilidade de todos serem considerados normais, sem diferenças. Pois, enquanto à escola trabalhar com a idéia de inclusão, representará que ainda não temos como padrão a relação com todas as pessoas, indiferentemente de suas necessidades, e condições, especiais. A escola paulatinamente galga novos horizontes e permitirá ao educador, ao educando e seus familiares, a possibilidade de relação entre todos sem a consideração de inclusão, de diferença, mas sim de respeito, de atenção e de olhares atentos ao que venha a ser melhor para a convivência em grupo para todos. Este trabalho monográfico faz uma reflexão acerca da formação dos educadores de uma cidade no interior da Paraíba com o objetivo de perceber se essa formação vem a auxiliar este educador na tarefa de incluir seus alunos com os que apresentem necessidade especial de educação ao mesmo tempo que se vislumbrou a estrutura da escola e a relação com os pais. Pelos depoimentos coletados por meio do instrumento de coleta de dados da pesquisa, percebe-se que há ações fundamentadas na formação dos educadores que estão alinhadas com o que a teoria recomenda para essa relação, em outras falas, percebe-se a falta de estrutura, de motivação e de apoio das autoridades públicas para que efetivamente sejam permitida uma plena inclusão dos educandos, educadores e pais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Formação do Educador. Educando – necessidades especiais.

GOMES, Ana Lúcia Santos Silva. **a look at the practice and training of educators to meet the special needs.** Monograph of completion. Federal University of Campina Grande. UFCG, Cuité / PB.

ABSTRACT

Inclusion is more than allow different people to be accepted among people who consider themselves "normal". Inclusion comes to be able to all be considered normal, without differences. For while the school working with the idea of inclusion, we do not represent that still default to respect all people, regardless of their needs and conditions, special. The school gradually climbs up new horizons and allow the teacher, the student and his family, the possibility of a relationship between all without consideration of inclusion, of difference, but of respect, care and watchful eyes to what will be best for living in a group for everyone. This monograph is a reflection on the training of teachers of a city in the interior of Paraíba in order to understand if this training is to assist educators in this task include students with special needs who have education at the same time it saw the school structure and relationship with parents. By testimonies collected by the instrument to collect research data, it is clear that there are actions grounded in teacher training that are aligned with what the theory recommends for this relationship, in other words, one notices the lack of structure, motivation and support from public authorities to effectively be allowed a full inclusion of students, educators and parents.

KEYWORDS: Inclusive Education. Vocational Educator. Educating - special needs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Alunos matriculados ano 2012.....	30
Tabela 02	Relação de professores.....	31

LISTA DE FOTOS

Foto 01	Frente da escola.....	28
Foto 02	Rampa de acessibilidade dentro da escola.....	29
Foto 03	Rampa de acessibilidade fora da escola.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS LISTA DE SIGLAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

SEE- Secretaria do Estado de educação

IBJ- Instituto Benjamin Constant

PNEE- Política Nacional de Educação Especial

INES- Instituto Nacional da Educação dos Surdos

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

PNES- Portadores de Necessidade Especiais Educativas

LDB - Lei de Diretrizes e Base

PCN - Parâmetro Curricular Nacional

NEE- Necessidades Educativas Especiais

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

CNE- Conselho Nacional da Educação

AEE- Atendimento Educacional Especializada

DCE- Diretrizes Curriculares da Educação Especial

CONAE- Conferencia Nacional de Educação

IES- Instituto de Ensino superior

CEFET- Centro Federal de Educação

IF- Instituto Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	17
2.2 ALUNOS ATENDIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
2.3 RECURSOS DIDÁTICOS OFERECIDOS AOS ALUNOS QUE CONTRIBUEM PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM.....	20
3-REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	21
4- RESULTADO E DISCUSSÕES.....	26
4.1-A PESQUISA COMO DESCOBERTA E CRIAÇÃO.....	26
4.1.2- CENÁRIO DA ESCOLA.....	27
4.1.3 Localização.....	27
4.1.4 Histórico.....	28
4.1.5 Recursos humanos e materiais.....	30
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	31
4.3 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	39
5- CONCLUSÃO	41
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES.....	49
Apêndice A – Autorização da escola.....	49
Apêndice B – Apresentação e termo de consentimento livre e esclarecido.....	50
Apêndice C – Questionário de pesquisa de campo.....	50

1 – INTRODUÇÃO

A Educação Especial nos dias atuais passa por um momento muito importante, que se caracteriza pelo seu encontro com a Educação Comum, inaugurando um novo movimento denominado Educação Inclusiva. Esse novo enfoque dado a esse movimento não surgiu ao acaso, mas é consequência das transformações ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, em relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência. (SANTOS, 2002, p.29). A partir da década de 1970 os portadores de necessidades especiais começaram a ser atendidos no ensino regular escolar, logo a sociedade depara-se com a necessidade de enfrentar, de forma objetiva e responsável, essa nova modalidade de ensino.

Na atualidade inserir na educação escolar crianças portadoras de necessidades educativas especiais, é um grande desafio, tendo em vista, que além do direito como indivíduo, precisam se realizarem como pessoas e cidadãos. Segundo o MEC (2005, p.9)

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizaras circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Para tanto, a participação e aprendizagem com qualidade dos alunos com necessidades educacionais especiais, requer da escola uma prática da flexibilidade curricular, adequando seus objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos humanos, técnicos e materiais específicos, no redimensionamento do tempo e espaço escolar, entre outros aspectos, para que esses alunos exerçam o direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições. (DCE, 2006, p. 9)

De acordo com a LDB n. 9.394/96 e sua regulamentação pelas Diretrizes Nacionais da Educação Especial (Resolução n. 02/01), a Educação Especial é conceituada e praticada como modalidade educacional, cujo fim é oferecer recursos e serviços educacionais especializados aos alunos que apresentam necessidades educacionais em todo o fluxo educacional.

Dentro dos recursos especializados apresentados pela LDB, temos as salas multifuncionais e bibliotecas equipadas de recursos pedagógicos disponíveis para tipos de deficiências específicas, de forma que a utilização desses materiais possa contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais educativas e,

quando se refere aos serviços educacionais especializados, podemos citar a formação de professores para atender essa clientela.

Logo a formação do professor de Educação Especial se faz no âmbito da formação inicial e continuada. Estes professores necessitam de competências específicas para apropriar-se de conhecimentos necessários a fim de trabalhar com as diferenças peculiares das crianças portadoras de necessidades educativas especiais. Segundo o MEC (2005, p.16).

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais [...] dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistida e outros.

Ainda segundo o (MEC, 2005, p. 17) essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular e nas salas de recursos.

Diante do exposto, percebemos que sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. Em síntese, são várias as razões que justificam a importância deste estudo:

- a) o fato de tratar-se de um estudo original que tenta compreender e explicar, na perspectiva da educação inclusiva, a formação do professor de educação especial;
- b) a possibilidade de contribuir para a realização de estudos posteriores que possam vir a tratar desta temática com maior profundidade;
- c) possibilitar um refletir sobre a formação dos educadores para o atendimento dos discentes portadores de necessidades especiais na escola inclusiva.

O presente estudo foi realizado na Escola de Ensino Fundamental Jose Ribeiro Diniz, localizada na Cidade de Barra de Santa Rosa-PB. Esperado-se que este contribua para o debate e a qualificação de estudos posteriores com a finalidade de contribuir para o melhoramento da questão em nossa região como um todo.

Hoje estudiosos e pesquisadores das mais diversas áreas sociais voltam-se para educação especial. A luta pela inclusão social e pela qualidade de educação é concomitantemente uma luta pedagógica e social. Social porque objetiva formar o cidadão e pedagógica porque prescinde recurso humano e material que dêem suporte ao processo de ensino aprendizagem dessas crianças, principalmente a formação de professores.

Em 1994, no âmbito da Educação Especial, um documento vem trazer uma referência mundial para esta modalidade de ensino, trata-se da Declaração de Salamanca. Este documento enfatiza a obrigação das escolas em acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc, com utilização de uma pedagogia que favoreça todas as crianças de acordo com sua capacidade ou dificuldade de aprendizagem.

No Brasil os direitos humanos e sociais e a ideologia da inclusão vêm sendo debatidos e exercitados. Hoje a legislação educacional brasileira determina o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Para efetivar a inclusão da Educação Especial no sistema escolar brasileiro, várias são as ações de suporte que estão sendo implementadas abrangendo, entre outras, a formação de professores, organização curricular e de classes, materiais didáticos, móveis e equipamentos.

Dentre as ações necessárias para efetivar uma educação de qualidade que atenda às necessidades das crianças portadoras de necessidades educativas especiais, a preocupação desta pesquisa está voltada especialmente para a formação de professores. Não que outras ações sejam menos importantes, mas a formação é relevante no processo ensino-aprendizagem.

Para a realização desse estudo foi necessário uma pesquisa bibliográfica nas obras FERREIRA (2009), MEC (2005), MAZOTA (1996), dentre outros autores que discorrem sobre a temática educação especial na formação iniciada e continuada dos educadores, como também uma pesquisa de campo através de aplicação de questionários com 9 professores do ensino fundamental da escola já citada, buscando subsídios teóricos e práticos para o enriquecimento do trabalho.

Buscando uma melhor compreensão, organizamos o trabalho da seguinte forma: histórico da educação especial, reflexão sobre a formação de professores para educação inclusiva, a pesquisa como descoberta e criações, a metodologia e análise dos dados sistematizados nas considerações que finalizam o trabalho.

2 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é caracterizada como um atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Se organizou fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, e define suas práticas escolares para os alunos com deficiência (MEC, 2007).

Logo se faz necessário conhecer um pouco do atendimento oferecido pela sociedade aos portadores de necessidades especiais desde a antiguidade até os dias atuais. Durante toda história da humanidade os portadores de necessidades especiais passaram por diversos tipos de discriminação, como por exemplo, serem tratados como pessoas incapazes, doentes, etc, segundo o DCE (2006, p. 16).

- a) A deficiência estava relacionada ao sobrenatural, em que pessoas nessas condições eram tratadas como a personificação do mal, sendo passíveis de torturas e morte para expiação dos pecados.
- b) Na Idade Média a deficiência passou a ser tratada como obra e intervenção direta de Deus ou de outros seres superiores, seja sob a forma de castigo para expiação de pecados, seja sob a forma de benção quando privilegiados pelo dom da vidência ou do milagre da cura.
- c) Na área da medicina, especificamente no final do XIX, passou-se a desenvolver estudos e um novo enfoque passou a ser dado à deficiência, centrado em concepções clínicas que se ocupavam da doença, dos tratamentos e da cura, no qual tinha como principal objetivo a sua segregação em instituições para cuidado, proteção ou tratamento médico, alguns estudos foram de fundamental importância para que os mitos acerca das deficiências fossem desfeitos.

Podemos destacar alguns estudos importantes como o de Jean Itard, em 1800, na França, que foi de recuperar Victor de Aveyron, criado em uma floresta com animais, sem qualquer contato com seres humanos, em que o mesmo apresentava uma deficiência mental. O objetivo de Jean era de educar e recuperar o potencial cognitivo de Victor através de procedimentos médico-pedagógico. Bem como o do médico francês Philippe Pinel, que baseado nas idéias iluministas de Descartes, sistematizou os primeiros estudos científicos a respeito da mente humana, tornando o psíquico como matéria de conhecimento objetivo e quantitativo, decorrendo uma classificação para as doenças mentais (DCE, 2006).

A partir de estudos médicos e a preocupação de entender em que concepção se baseava as deficiências, várias áreas de conhecimento sugeriram. Para Beyer (2003 *apud* DCE, 2007, p. 19) aponta que:

As construções de diversas áreas de conhecimento, como a psicologia e a educação, incorporaram o forte viés do disciplinamento médico, com categorias terapêuticas de cuidado e isolamento, em suas práticas. Essa tendência seria incorporada às futuras práticas nas escolas especiais, onde essa perspectiva passaria a ditar, inclusive, as normas pedagógicas a serem desenvolvidas pelos professores.

Muitos dos mitos e estereótipos construídos nesse longo período ainda povoam o imaginário social até a atualidade. Mas diante de todas as suposições e com a evolução da humanidade e o avanço da medicina a respeito de estudos realizados com PNEE por pesquisadores, a visão das sociedades acerca das deficiências se desfez um pouco (DCE, 2006).

Para tanto, observar que na década de 1950, começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e as classes especiais; a Educação Especial se consolidava como um subsistema da Educação Comum, Santos (2002).

No Brasil o atendimento aos portadores de necessidade especial se deu no início da época do Império, com a fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atualmente denominado Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos situados no Rio de Janeiro. A partir daí novas instituições foram criadas. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; (MEC, 2007).

A educação especial em uma perspectiva educacional inclusiva, na área da Pedagogia, foi sistematizada em meados do século XX e, apenas na década de 1960, passou a integrar a organização das Secretarias de Estado da Educação como parte da estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino. Isso acontece, de forma pioneira no cenário nacional (MEC, 2007, p.16).

Na década de 1970, os “alunos com deficiência” começaram a ser admitidos nas classes comuns com o surgimento da proposta de integração, Santos (2002, p. 34).

O Brasil assumiu legalmente a proposta de Educação inclusiva, na medida em que compartilhou com os princípios da Declaração de Educação para todos e com a Declaração de Salamanca documentos internacionais que lançaram raízes para a expansão da proposta de Inclusão no mundo inteiro.

As políticas de Educação Inclusiva começaram a fazer parte do sistema educacional, através da PNEE - Política Nacional de Educação Especial, da nova LDB - Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional do PCN - Parâmetro Curricular Nacional - de Adaptações Curriculares para a Educação de alunos com necessidades educativas especiais.

Os PNEE fazem referência à atual situação da Educação Especial no Brasil e propõe objetivos para a política de Educação Especial no que se refere à inclusão de “alunos com deficiência”. Sugere que a concretização desses objetivos depende da participação conjunta dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), e da sociedade como um todo, já o PCN apresenta Adaptações Curriculares e Estratégias para a Educação de alunos com NEE, publicado em 1999, alega informações e orientações para o educador do ensino regular atender às necessidades educativas especiais dos “alunos com deficiência” a partir da consolidação da política de Educação Inclusiva no Brasil (SANTOS, 2002).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que faz referência ao direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

De acordo com o (MEC 2007, pag. 13) em um documento “Políticas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2008, mostra o resultado evolutivo de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais. O Censo Escolar/MEC/INEP-2006, em relação à Educação Inclusiva, registram a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%.

No que se refere à inclusão em classes comuns do ensino regular, o crescimento é de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006. Quanto à distribuição das matrículas nas esferas pública e privada, em 1998, registra-se 179.364 (53,2%) alunos da rede pública e 157.962 (46,8%) alunos com deficiência nas escolas privadas, principalmente em instituições especializadas filantrópicas. Com o desenvolvimento de políticas de educação inclusiva, evidencia-se um crescimento de 146% das matrículas nas escolas públicas, que passaram de 179.364 (53,2%) em 1998, para 441.155 (63%) em 2006.

Com relação à distribuição das matrículas por etapa e nível de ensino, em 2006, destaca-se o seguinte: 11.988 (16%) são na educação infantil, 466.155 (66,5%) no ensino fundamental, 14.150 (2%) no ensino médio, 58.420 (8,3%) na educação de jovens e adultos.

2.1- EDUCAÇÃO ESPECIAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, trata especificamente, no Art. 58, capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar inclusiva oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com necessidades educacionais especiais.

Há diversos estudos e debates acerca da educação especial, principalmente no que diz respeito à ligação entre o Portador de Necessidades Educativas Especiais e sua efetiva participação como cidadão, com o intuito de inserir e garantir a educação de forma justa e igualitária a todos.

A partir do início da década de 1980, as políticas educacionais passaram a desenvolver ações que implementassem atitudes educacionais inclusivas, evitando a separação das crianças da rede escolar.

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem (PARECER CNE/CEB 17/2001).

A Secretaria de Educação Especial (MEC, 2007), ressalta que desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial.

Ainda, de acordo com Carneiro(2010, p. 406), a partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial enquadram-se na seguinte visualização:

1. Deficiências Mentais;
2. Deficientes sensoriais, incluindo os portadores de deficiência:
 - 2.1- Auditiva e visual;
 - 2.2- Deficiência múltipla;
 - 2.3- Deficiência motora;
3. Alunos com conduta típica;
4. Alunos com Síndrome de Down;
5. Alunos autistas;
6. Alunos com déficit de atenção/hiperatividade;
7. Alunos superdotados;
8. Alunos com dificuldade de aprendizagem.

Observa-se que as pessoas que possuem essas características, são pessoas “diferentes” dos ditos “Normais” com relação a sua capacidade física, mental e motora. Nos dias atuais existe uma grande política educativa para poder ingressar essas pessoas na escola. Para Mazzota(1996, p. 11) os serviços educacionais especiais implicam:

Que o desenvolvimento da educação especial está estreitamente ligado à preocupação dos educadores como atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementar os existentes.

Cabe ao sistema de ensino oferecer todos os recursos necessários para o processo da educação inclusiva, tendo em vista que está previsto na LDB, todo serviço de apoio especializado aos alunos portadores de necessidade especial. Segundo Conselho Nacional de Educação (2004) ressalta que:

Com relação ao processo educativo de alunos que apresentem condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, deve ser garantida a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização do sistema Braille, da língua de sinais e de demais linguagens e códigos aplicáveis, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-se aos surdos e a suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada.

Ainda segundo Carneiro (2010, p. 408), o mesmo descreve esses serviços da seguinte forma:

- a) Nas salas comuns, através da educação de professores da educação especial, de professores interpretes das linguagens de códigos e de outros profissionais;
- b) Nos atendimentos itinerantes, através de equipe de professores especializados dos que se dirigem a várias escolas, para em conjunto com professores de classes regulares complementarem o trabalho.
- c) Nas salas de recursos, com professores da educação especial ou compartilhando com profissionais de apoio de outra área.

O serviço especializado aos portadores de necessidades especiais é de suma importância, bem como as parcerias entre os profissionais da saúde, educação e assistência social, com intuito de promover e contribuir de forma significativa para a inclusão escolar e socialização dessas pessoas.

A escola comum passa a ser inclusiva a partir do momento que reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o processo de todos (ROPOLI, 2010, p. 09).

Tendo em vista que não é tarefa fácil para o sistema de ensino, mais a partir do momento que for reconhecida essa dificuldade enfrentada, será possível confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las e essas mudanças vão além da escola e da sala de aula.

“A educação básica e de qualidade deve ser proporcionada a todos os Portadores de Necessidade Especial, para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades” (JOMTIEN, 1990 *apud* FREITAS, 2005, p. 40).

2.2- ALUNOS ATENDIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Partindo desse princípio que a educação básica se torne acessível a todos e oferecida de forma igualitária, é necessário que exista um padrão de qualidade de ensino e aprendizagem. Para tanto vale ressaltar que a partir do momento que se trata os alunos sem diferença, a escola se torna mais inclusiva. Ainda, de acordo com MEC (2007) discorre que sobre:

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

Para atender a todos da melhor forma, a escola tem que mudar, e essa tarefa exige trabalho, essa mudança não ocorre por acaso nem por decreto, mais faz parte da política do coletivo da escola (ROPOLI, 2010, p. 10).

Ainda segundo a autora o Atendimento Educacional Especializado, suplementa ou complementa a formação do aluno visando sua autonomia na escola dentro e fora dela, constituindo oferta obrigatória dentro do sistema de ensino, especificamente dentro da sala de recursos multifuncionais (ROPOLI, 2010).

Logo vale resaltar que a escola dentro de uma perspectiva inclusiva e uma proposta pedagógica deve regular e promover o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com as seguintes deficiências: necessidades especiais de aluno com deficiência, transtornos globais, desenvolvimento e altas habilidades/superdotação MEC (2007).

2.3-RECURSOS DIDÁTICOS OFERECIDOS AOS ALUNOS QUE CONTRIBUEM PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM

O professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como principal objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2007).

Para Carneiro (2010, p. 419) “a organização do trabalho, os dispositivos didáticos e os processos de avaliação devem propor situação adequada de aprendizagem”. Partindo desse princípio podemos destacar alguns recursos pedagógicos acessíveis que possam contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e oferecer apoio ao AEE, como é o caso da Sala de Recursos Multifuncionais e Biblioteca.

De acordo com (FURTADO, 2011, p. 23), foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais até o ano de 2009, as quais foram distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal, atendendo 82% dos municípios brasileiros. Já na Paraíba não se tem dados concretos de quantas salas foram implantadas.

A referida sala deve possuir materiais pedagógicos e de acessibilidade para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização e tem como principal objetivo atender com qualidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. E que alunos com essas características estejam registrados no Senso Escolar (MEC, 2007).

Para (MELO, 2010, p.16), o acervo das bibliotecas deve conter materiais didáticos e lúdicos, programas educativos com recursos de acessibilidades, gravações sonoras correspondentes aos programas em estudos, recursos de apoio em libras, tais como fitas VHS, CDs interativos, DVD, dicionários.

Além desses recursos citados, para o mesmo existem outras recomendações como:

- a) Acervo bibliográfico das escolas infantis de ensino fundamental, de nível médio e superior que devem conter livros digitalizados;
- b) Desenhos, imagens gráficas;
- c) Programas de computadores com interfaces específicos, com ampliadores de tela, impressoras e conversores de brailes.

Esses recursos são de fundamental importância como apoio didático pedagógico, mas para a utilização dos mesmos o professor deve estar atento às características dos alunos, às atividades propostas e aos objetivos pretendidos com a atividade aplicada (SARTORETO, 2010).

3 - REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Podemos destacar que a formação do educador é muito importante para o profissional que atua na área. Para (GARCIA, 1999) a formação do professor como um processo contínuo, sistemático e organizado de aprendizagem ocorre ao longo do tempo de realização de atividade docente, visando promover o desenvolvimento profissional do professor. Dessa forma, compreende-se a formação como um processo construído com aquisição de competência e saberes docentes. Ainda segundo (RODRIGUES E ESTEVES, 1993) a análise de necessidade educativa vem sendo utilizada como instrumento de planejamento de ações educacionais desde o final da década de 1960. Com intuito de auxiliar a estruturação e organização do processo de formação de docentes, que respondesse a exigência social, com o propósito de definir procedimento mais adequado para formação do professor.

E quando se trata de educadores para atuar na educação inclusiva, percebemos que foram criadas leis, de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de nº 9.394, de 20/12/1996, discorre sobre o processo de inclusão e a mesma garante aos educandos que se tenham professores com especialização adequada, para atendimento especializado de forma que possa integrar esses alunos na classe comum.

Ainda, na perspectiva da educação inclusiva, a resolução CNE/CEB Nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, onde as instituições de ensino superior devem oferecer formação docente voltada para

a atenção e a diversidade e que contemple conhecimento sobre as especificidades do aluno com necessidade especial (MEC, 2005, p. 11).

Pesquisa indica que no Brasil, “de cada quatro escolas, apenas uma possui algum professor especializado para trabalhar com alunos deficientes nas classes comuns, e tanto pior, 90% dos professores da educação geral não recebem qualquer formação específica nessa área” (CARNEIRO, 2010, p. 420). De acordo com o MEC.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior. MEC/SEESP (2007).

Então é possível perceber que para a atuação na educação especial é necessário uma boa formação para poder integrar esses alunos no ensino comum de forma que consista no seu desenvolvimento intelectual e de autonomia. “Quando se fala em formação não podemos pensar no fato de incluir mais uma disciplina no currículo do curso de licenciatura, no qual não esteja bem definido o real sentido da inclusão para que se possa desenvolver técnica de trabalhar com diversas formas de deficiência” (GIORGI *et al*, 2011, p. 91).

Ainda, de acordo com Gioge *et al* (2001, p.99), ressalta que a escola inclusiva deve proporcionar a todos condições de desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com identidade própria sociocultural que lhe confira oportunidade de se viver dignamente.

Para(ROPOLI, 2010, p. 28) evidencia que para atuar com Atendimento de Educação Especial (AEE), o professor precisa de formação específica na área de educação inclusiva, curso de formação continuada de aperfeiçoamento e especialização. Ainda segundo a mesma decorre sobre:

A formação dos professores consiste em um dos objetivos do PPP (Projeto Político Pedagógico). Um dos seus aspectos principais é a preocupação com a aprendizagem permanente de professores e demais profissionais que atuam na área e também dos pais e comunidade que atuam na área (ROPOLI, 2010, p. 29).

O PPP é um documento elaborado pela comunidade escolar e nele contém as ações e estudos relacionados aos portadores de necessidade especial. De acordo com Ferreira (2009), o PPP constitui-se em um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos

segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados.

Lembrando que o fato desses alunos estarem incluídos numa sala de ensino regular sem dar suporte para que os mesmos possam desenvolver sua capacidade intelectual, crítica e criativa, não significa que estamos oferecendo aos nossos alunos igualdade de condições, de acesso e permanência na escola.

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art. 205, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ainda segundo a LDB, quando se refere aos PNEs que o processo deve se dar preferencialmente por meio da inclusão desses cidadãos e cidadãs em classes regulares da rede pública de ensino.

A Educação é um direito de todos e sua principal função é a transformação do indivíduo. Segundo o Sociólogo Pilett (1990, p. 12) “a educação é um esforço contínuo, que servirá para preparar o indivíduo para a sociedade, daí ele acha necessário que se impusesse aos indivíduos, maneira adequada de ver, sentir e agir”. Para ele somente com educação os indivíduos chegariam a tais estágios de amadurecimento, exigido pela sociedade e pelo meio a que o indivíduo particularmente se destina desenvolvendo seu estado físico, intelectual e moral.

Para tanto, a educação é algo independente de direitos e deveres, em que os alunos independentes de suas limitações ou não, tenham seu espaço garantido, em que os mesmos possam construir seus próprios conhecimentos.

No contexto educacional brasileiro essa é uma política que gera conflitos e provoca reflexão e polêmica em busca de possíveis caminhos e idéias para que possamos desenvolver de forma significativa de novos pensamentos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a qualidade do trabalho pedagógico realizado com PNEs.

É necessário que seja realizado com maior estruturação e preparação de professores, de forma que possa suprir todas as carências ao ensino e inclusão social. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança tem o direito a ter uma educação de qualidade, ser ouvida aprender a lutar por seus direitos, reconhecendo seus deveres e sendo construtor de seu processo de ensino e aprendizagem.

Objetiva-se então, uma escola que inclua efetivamente alunos com necessidades educativas especiais, que esteja preocupada com a educação e que possa garantir qualidade de ensino e aprendizagem e a efetivação das diversidades sociais, culturais e pessoais de cada aluno para que os mesmos possam desenvolver suas capacidades para o exercício da

cidadania, respeitando as diferenças de cada um, tendo em vista que a educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, em que os alunos constroem conhecimentos segundo suas capacidades, expressam suas idéias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos nas suas diferenças (ROPOLI, 2010, p. 08).

Portanto, é necessário que se tenha uma análise de dados para poder identificar que tipo de formação está sendo oferecida para esses professores. De acordo com Carneiro (2010, p. 408):

A formação do Professor que atua na Educação Especial é precária porque os cursos universitários são, normalmente, de baixa qualidade. Quase sempre desprovidos de bibliografia, oferecem uma formação prática reduzidíssima e, tanto pior, as disciplinas específicas são poucas e de carga horária insatisfatória.

Partindo dessa hipótese é necessário estudar, investigar e analisar o processo de formação do educador para o atendimento dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE) na Escola Inclusiva, dando ênfase aos seguintes aspectos: Investigar junto aos docentes, quais ações vêm sendo garantidas aos professores envolvidos na educação inclusiva; Identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos educadores para atender os PNEE; Conhecer quais são os recursos oferecidos pela escola aos educadores para atender os PNEE de forma que possa contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos.

Para tanto, considerados todos os aspectos sobre a inclusão, é notável que a formação dos educadores preocupados com o processo de inclusão escolar é algo que preocupa e tarda todo processo de inclusão propriamente dito nas escolas, foi isso que me motivou a buscar respostas para as seguintes questões como, as dificuldades enfrentadas pelo educador para atender os PNEE, os tipos de recursos e/ou preparação que é oferecida para o educador atender os PNEE e como está sendo o processo de ensino e aprendizagem dos portadores de necessidades especiais.

De acordo com (SAVIANI, 2009, p. 143) a preocupação em oferecer formação para os professores surgiu no ano de 1827, com a implantação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que determinava que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo. A referida lei estipula no artigo 4º que os professores deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. Portanto, está colocada aí a exigência de preparo didático, embora não se faça referência propriamente à questão pedagógica.

A formação de professores no Brasil, no contexto atual, por meio de instituições de formação, o MEC e os sistemas de ensino, vem ocorrendo basicamente em cinco formatos institucionais de acordo com CONAE (2010, p, 62).

- a) nas escolas normais, que ainda oferecem o curso de magistério/normal de nível médio;
- b) nas universidades, que oferecem os cursos de licenciatura compartilhados entre os institutos de conteúdos específicos e as faculdades/centros/departamentos de educação, que oferecem o curso de pedagogia e a complementação pedagógica dos demais cursos de licenciatura;
- c) nas IES, em geral, ou seja, nos centros universitários, faculdades integradas ou faculdades, institutos, centros, escolas, que oferecem cursos de licenciatura em geral;
- d) nos institutos superiores de educação, criados pela LDB, para funcionarem no interior das IES e para assumirem toda a formação inicial e continuada de professores;
- e) nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) ou Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), que podem ofertar os atuais cursos de licenciatura, além de licenciaturas específicas para a educação profissional.

Logo se faz necessário que sejam oferecidas formações aos profissionais da educação básica e superior, com o intuito de que ocorra um desenvolvimento sólido na formação teórica e interdisciplinar em educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos e nas áreas específicas de conhecimento científico, quanto pela unidade entre teoria e prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional dos educadores. (CONAE, 2010).

A formação de professores pode ser denominada como formação inicial e continuada.

A formação inicial tem um papel importante na preparação de docentes responsáveis em articular e consolidar a prática educativa de inclusão de “alunos com deficiência”. Tendo em vista que dentre os cursos de formação inicial de educadores, o curso de Pedagogia é o que oferece as melhores condições para construir esse diálogo, pois o mesmo possui instrumentos teóricos e experienciais na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de “consagrar” uma formação coerente com os pressupostos da proposta de Educação Inclusiva (SANTOS, 2002).

A formação continuada do professor se mostra como um aspecto bastante importante, pois a mesma deve estar intrinsecamente articulada à prática docente, de modo que as competências construídas durante essa formação possam ser revistas e reconstruídas ao longo

da carreira, em um processo que promova o desenvolvimento do educador. (GIOGI, 2011, p. 36).

Pode-se considerar que o programa de formação deve possibilitar situações que oportunize a ampliação do referencial teórico do professor, permitindo que ele reflita sobre sua prática pedagógica e desenvolva as dimensões, relacionado a afetividade e a formação do homem como ser humano NEITZEL(2011, pg.54)

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1-A PESQUISA COMO DESCOBERTA E CRIAÇÃO

Para a realização desse estudo foi necessário uma pesquisa bibliográfica nas obras de autores que discorrem sobre a temática Educação Especial na formação iniciada e continuada dos educadores, como também uma pesquisa de campo através de aplicação de questionários com os professores da Escola de Ensino Fundamental José Ribeiro Diniz, desta Cidade de Barra de Santa Rosa-PB, buscando subsídios teóricos e práticos para o enriquecimento do trabalho.

Podemos definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Para LAKATOS (1992, p. 34):

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mais também de criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo. Assim, esse trabalho deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o

tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta. O instrumento usado para pesquisa dos dados foi da aplicação de um questionário.

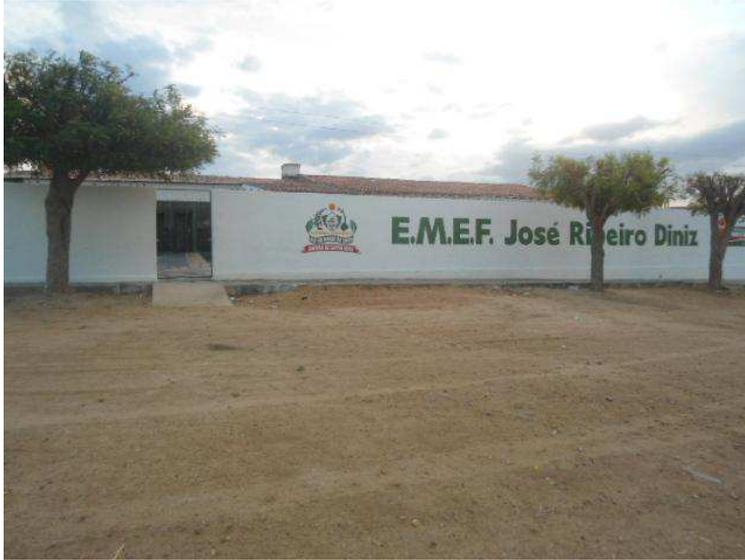
Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, intenções, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 2007). Logo o questionário aplicado continha oito questões, sendo uma de múltipla escolha e as demais abertas, no final do questionário solicitávamos que as professoras descrevessem um relato de experiência como educadora da educação inclusiva. O intuito da pesquisa foi de verificarmos quais ações estão sendo trabalhadas para contribuir para a formação dos professores da educação inclusiva.

4.1.2 - CENÁRIO DA ESCOLA

4.1.3- Localização

A escola escolhida para a realização do presente estudo denomina-se Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ribeiro Diniz, situa-se na Rua João Confessor de Souza, s/nº, Centro, na Cidade de Barra de Santa Rosa (PB), esse Município está localizado na Microrregião do Curimataú Ocidental e na Mesorregião do Agreste Paraibano. Segundo dados do IBGE (2010), o Município apresenta uma área de 775,654 km² e 14.157 habitantes. Situado à margem direita do Rio Curimataú, foi propriedade de José dos Santos de Oliveira, sendo seu povoamento iniciado em 1888, com a realização de uma feira-livre na “barra” resultante do encontro dos rios Poleiros e Santa Rosa (origem do nome do município), tornando-se ponto de encontro de comerciantes e homens de negócios, provocando a afluência de muitas famílias para a região. Atualmente temos no município 24 Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

Foto 01 - Frente da escola



Fonte: arquivo pessoal, fevereiro de 2013.

4.1.4- Histórico

A escola foi fundada no ano de 1990 e o seu nome foi em homenagem ao pai do então Prefeito Sólton Alves Diniz, que fez a doação do terreno para a construção da mesma.

Durante 02(dois) anos a escola atendia apenas uma única turma de 1° serie. No ano de 1993 a escola passou a atender os três turnos: manha, tarde e noite, do Pré ao 5° ano. No ano de 1997 a escola passou por uma reforma e foram implantadas mais duas salas de aula, ficando com o total de 04 salas funcionando e uma secretaria. No ano de 2009, mais uma vez foi ampliada e atualmente conta com 07(sete) salas de aula, uma (01) de informática, uma cantina, 04(quatro) banheiros, uma cozinha e um pátio onde é utilizado pelos alunos na hora do intervalo.

Essa escola possui rampas nas entradas adaptadas para cadeirantes, porém não possui banheiros adaptados. Conforme as figuras abaixo:

Foto 02 – rampa de acessibilidade dentro da escola



Fonte: arquivo pessoal, fevereiro de 2013.

Foto 03 – Rampa de acessibilidade fora da escola



Fonte: arquivo pessoal, fevereiro de 2013.

Outro apoio necessário que contribui para o atendimento aos PNE e facilita o ensino e a aprendizagem dos mesmos, além de oferecer suporte pedagógico aos Professores, é a existência de uma sala multifuncional, na qual a escola não oferece esse apoio de tecnologia assistida.

4.1.5 Recursos Humanos e Materiais

Com relação ao perfil sócio-econômico da comunidade escolar, a mesma atende uma clientela bastante carente, advêm de lares com renda inferior a um salário mínimo, constituídos em sua maioria por agricultores ou sem uma profissão definida.

No que diz respeito ao relacionamento intra-escolar, a escola é ponto de encontro dos vários profissionais envolvidos em ações educativas, criando na mesma um ambiente agradável e respeitador, considerando os diferentes valores de natureza ética, a base de um trabalho pedagógico comprometido com o sucesso e a aprendizagem de todos.

Atualmente a escola está atendendo aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental. Contando com o total 276 (duzentos e setenta e seis) alunos, deste total, quatro (04) alunos precisam de atendimento educacional especializado. Conforme tabela (01) abaixo:

Tabela 01 - Alunos matriculados ano 2012

Matriculados 2012			
Serie	N° turmas	N° alunos	PNEE
Pré I	02	39	
Pré II	02	31	
1° ano	01	29	01
2° ano A, B, C	03	57	
3° ano A, B	02	45	01
4° ano A, B	02	46	01
5° ano	02	29	01

Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2013.

Com relação ao corpo docente da escola, o mesmo é constituído por 12 (doze) professores e 01 (uma) diretora, todos polivalentes, formados em curso de pedagogia. Conforme tabela 02 (dois) abaixo.

Tabela 02 - Relação de professores

Quadro de Professores			
Modalidade de Ensino		Habilitação	
Infantil	Fundamental	Pedagogia	Superior Incompleto Em pedagogia
04	08	11	01

Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2013.

Deste quadro, onze são professores formados em Pedagogia e uma possui o ensino superior incompleto em pedagogia, e todos fazem parte de referida escola. Com relação ao planejamento escolar, o mesmo é realizado quinzenalmente com os professores município do ensino fundamental, a fim de estabelecer a comunicação com outros professores, permitindo troca de saberes e de experiências para tornar as ações pedagógicas mais eficazes e eficientes, evitando assim, a rotina e a improvisação, buscando a função crítica-político-social, bem como, relacionando-se diretamente com os interesses dos alunos, respeitando suas realidades e proporcionando uma alta motivação, necessária para a aprendizagem.

Quanto à avaliação, a mesma é contínua, visando o sucesso da aprendizagem dos alunos, acreditando que todos são capazes de aprender.

4.2- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Segue abaixo a análise dos dados colhidos no questionário aplicado com as 09 (nove) professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ribeiro Diniz, as quais foram denominadas P1, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9. As respostas estarão entre aspas e negrito. Os resultados e as discussões serão apresentados a seguir.

Primeira questão: Qual sua formação como educador de Alunos Portadores de Necessidade Especiais?

P1 - **“Sou Graduada em pedagogia com especialização em psicopedagogia”;**

P2 - **“Sou Graduada em Pedagogia”;**

P3 - **“Graduada em pedagogia com especialização em psicopedagogia”;**

P4 - **“Tenho Pedagogia”**

P5 - **“Graduada em pedagogia com especialização em psicopedagogia”;**

P6 - **“Sou Graduada em Pedagogia”;**

P7 - **“Graduada em pedagogia com especialização em psicopedagogia”;**

P8 - **“Superior completo”;**

P9 - **“Licenciatura em Pedagogia”.**

De acordo com as respostas obtidas nos questionário apenas uma professora possui o ensino superior incompleto e as demais possuem graduação em pedagogia, já em relação a especialização apenas duas das entrevistadas não possuem essa formação. Segundo a resolução **CNE**, o seu Art. 18 (2011. p.6) ressalta que:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A formação inicial tem um papel importante na preparação de docentes responsáveis em articular e consolidar a prática educativa de inclusão de “alunos com deficiência”. Tendo em vista que dentre os cursos de formação inicial de educadores, o curso de Pedagogia é o que oferece as melhores condições para construir esse diálogo, tendo em vista que o mesmo possui instrumentos teóricos e experienciais na formação de docentes do ensino especial e do

ensino regular, capaz de “consagrar” uma formação coerente com os pressupostos da proposta de Educação Inclusiva (SANTOS, 2002).

De acordo com a resolução CNE (2011. P.6), no seu Art. 18.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar: I – Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para, educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental [...]

Segundo Marchesi; Martin (In: COLL; PALACIOS, 1995, p. 22):

A formação dos professores em seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produza prática integradora positiva na escola, è muito difícil avançar no sentido da escola inclusiva se os professores não adquirir uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.

Portanto, é necessária uma maior reflexão acerca de que formação esta sendo oferecida aos educadores, mesmo porque segundo (MARCHESI; MARTIN, In: COLL; PALACIOS, 1995, p. 24).

A formação do educador tem uma estreita relação com sua atitude, diante da diversidade do aluno, quando o educador se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos portadores de necessidade especial, tenderá a desenvolver expectativas negativas, mais que se traduz em uma menor interação e em menor atenção.

Segunda questão: Há quantos anos você trabalha com os portadores de necessidades educativas especiais?

P1 - “De 01 a 05 anos”;

P2 - “De 01 a 05 anos”;

P3 - “De 05 a 10”;

P4 - “De 01 a 05”;

P5 - “Nunca trabalhei”;

P6 - “Nunca trabalhei”;

P7 - “De 01 a 05”;

P8 - “De 01 a 05”.

De acordo com as respostas das nove professoras, apenas duas nunca tiveram a experiência de trabalhar com os portadores de necessidades educativas especiais.

Terceira questão: Você teve ou tem dificuldade para atender os Portadores de Necessidades Educativas Especiais?

P1 - “Sim, nunca sei se os conteúdos que passo para eles estão ajudando ou não no aprendizado, faço o possível para ajudá-los, mas fico insegura”;

P2 - “A minha maior dificuldade é a falta de recursos e de experiência para trabalhar com os PNEE, mais procuro dar o meu melhor”;

P3 - “Não tenho e nunca tive dificuldades para atender os portadores se necessidade especial educativa, pois me identifico muito com a educação inclusiva”;

P4 - “Nunca ensinei, mas não me sinto preparada para atender os portadores de necessidade especial educativa”;

P5 - “Nunca ensinei, mas não me sinto preparada para atender os PNEE”;

P6 - “Não trabalho e nunca trabalhei com as PNEE, sei que não me identifico”;

P7 - “Sim, não tenho formação adequada”

P8 - “Tenho muitas dificuldades em atender os PNEE, por não está preparada para recebê-los, não tenho formação adequada”;

P9 - “Sim. É bastante complicado atender um PNEE, principalmente porque não temos recursos necessários para auxiliar no ensino e aprendizagem do mesmo”.

De acordo com os dados obtidos em relação às dificuldades das professoras para o atendimento aos alunos com necessidade especial educativa, apenas duas professoras dizem não ter dificuldade alguma, enquanto as demais falaram que têm bastante, principalmente pela falta de formação especializada adequada.

Quarta questão: Sua escola oferece algum tipo de recurso e/ou preparação para o educador atender aos portadores de necessidade especiais?

P1 - **“Não, apenas planejamento escolar quinzenal”;**

P2 - **“A escola, através da Secretaria Municipal de Educação deu uma capacitação aos professores para atender os PNEE dentro de uma visão inclusiva, com relação aos recursos, quebrou as barreiras arquitetônicas e está quebrando aos poucos as barreiras atitudinais”;**

P3 - **“A escola, através da Secretaria Municipal de Educação deu uma capacitação aos professores para atender os PNEE dentro de uma visão inclusiva”;**

P4 - **“Não”**

P5 - **“Já ofereceu uma capacitação, não temos recursos”;**

P6 - **“A escola juntamente com a Secretaria Municipal de Educação deu uma capacitação aos professores para atender os PNEES dentro de uma visão inclusiva”;**

P7 - **“Não, nunca participei de nenhuma capacitação com esse tema”;**

P8 - **“Não, nem capacitação, nem recursos pedagógicos”;**

P9 - **“Sim, formação de capacitação, curso sobre pessoas com necessidades especiais”.**

Das 09 professoras que responderam o questionário, tivemos os seguintes resultados, 05(cinco) dizem terem participado de uma capacitação para atender os alunos com necessidades educativas especiais e 04 (quatro) responderam nunca terem participando de nenhum tipo de formação.

Quinta questão: O que você entende por educação inclusiva?

P1 - **“É aquela que atende aos alunos ditos normais e àqueles com deficiências”;**

P2 – “No meu entendimento a escola inclusiva é aquela onde todos têm as mesmas oportunidades e são respeitados e valorizados dentro de suas limitações e diferenças”.

P3 - “A escola inclusiva, no meu ponto de vista, é aquela onde todos têm os mesmos direitos e as mesmas oportunidades e são aceitos e respeitados dentro de suas limitações”;

P4 - “A escola que aceita as diferenças e inclui a ajuda mútua”;

P5 - “É a escola que atende os PNEE”

P6 - “A escola inclusiva é aquela onde todos têm os mesmos direitos, as mesmas oportunidades e são aceitos e respeitados dentro de suas limitações”;

P7 - “Com condições de dar acesso aos educandos”

P8 - “É aquela que está preparada para receber as pessoas com necessidades educativas especiais”.

P9 - “É a escola que dar acesso a criança, na sua estrutura do prédio e na formação dos professores e do cuidador”.

Todas as educadoras pesquisadas, defendem a escola inclusiva como uma instituição que oferece condições necessárias para o atendimento de qualquer aluno independente de sua cor, seu modo de ser, suas características físicas ou pessoal e classe social, e que todos tenham as mesmas oportunidades e sejam respeitados e valorizados dentro de suas limitações e diferenças.

Sexta questão: Na sua escola tem sala multifuncional?

Todas falaram que em sua escola não possui sala multifuncional. Desta forma, é passível a conclusão que a falta deste recurso pode prejudicar a melhor aplicabilidade do trabalho do docente, como também, e mais importante, a melhor adaptabilidade do discente ao ambiente e certamente sua inclusão perante os demais.

Essa vem a ser uma barreira corriqueira, pois, muitas vezes, a escola e os profissionais desta, vêm-se na obrigação do cumprimento da tarefa de incluir pessoas com necessidades especiais, mas, na maior parte dos casos, as condições ideais não são dadas em conformidade.

Sétima questão: Como você proporciona aos seus alunos portadores de necessidade especial um processo de ensino e aprendizagem?

P1 - “Integração entre alunos e professor”;

P2 - “Trabalho dentro da realidade dos alunos, realizando atividades significativas, as atuais respeitam os interesses e a vontade de aprender”;

P3 - “Trabalho dentro da realidade deles, buscando atividades significativas que desperte o interesse e a vontade de aprender”;

P4 - “Através de atividades que tenham um significado real para cada um”.

P5 - “Trabalho dentro da realidade deles”,

P6 - “Trabalho dentro da realidade deles, buscando exercícios significativos que despertem o interesse e o gosto pela leitura”;

P7 - “Conscientizando os demais alunos para interagirem como os PNEES”,

P8 - “Utilizando materiais concretos quando disponíveis e possíveis”;

P9 - “Integração com a turma, aula dialogada através de materiais concretos”.

Cinco professoras responderam que trabalhavam com atividades que faziam parte da realidade dos seus alunos e quatro responderam que esse processo é adquirido através da socialização do grupo.

Tanto a socialização quanto a prática de atividades que condizem com a realidade do aluno são importantes, todavia, deve-se o educador estar preparado para avançar mais e atuar como mediador do aprendizado dos alunos com necessidades especiais ao tempo que o mesmo aprende e ensina aos demais a sua volta.

Oitava questão: Como ocorre o processo avaliativo, tendo como base o ensino e aprendizagem dentro de uma perspectiva inclusiva?

P1 - “Avaliação contínua”;

P2 - “A avaliação é realizada de forma contínua, construída no dia-a-dia em sala de aula dentro de uma perspectiva inclusiva, respeitando a diferencia e os limites de cada um.

P3 - “O processo avaliativo ocorre de forma contínua, construído no dia-a-dia em sala de aula, dentro de uma perspectiva inclusiva, respeitando as diferenças e os limites de cada um, dentro do processo ensino e aprendizagem”.

P4 - “Avaliação contínua”;

P5 - “Avaliação contínua”;

P6 - “O processo avaliativo ocorre de forma contínua, construído no dia-a-dia em sala de aula, dentro de uma perspectiva inclusiva, respeitando as diferenças e os limites de cada um, dentro do processo ensino e aprendizagem”;

P7 - “Através de conceito”;

P8 - “Ocorre de acordo com a aprendizagem do aluno”;

P9 - “Através de relação e comportamento”;

Todas as professoras falaram em suas respostas que trabalham a avaliação de forma contínua construída no dia-a-dia em sala de aula dentro de uma perspectiva inclusiva, respeitando as diferenças e os limites de cada um.

Esse aspecto é muito importante, pois mesmo tendo a rigidez da avaliação e emissão de nota que visam a quantificar o conhecimento adquirido, é possível perceber que há uma flexibilidade por parte das pesquisadas em considerar as individualidades e os limites que cada um dos discentes apresentam. Mesmo porque, o que interessa para a inclusão desses portadores de necessidades especiais não é a nota mais alta, mas sim, o maior grau possível de inserção mediante os demais de seu grupo. Para o MEC (2007).

A avaliação pedagógica é processo dinâmico, que deve ser considerado tanto o conhecimento prévio quanto o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais (...).

Para Gomes (2010, p. 9) a avaliação deve alcançar três ambientes principais do aluno: sala de recursos multifuncionais, sala de aula e família. Na escola deve ocorrer em diferentes ambientes e momentos, como na sala de aula, no recreio, nas brincadeiras etc., de forma que sejam levados em consideração os seis aspectos principais: desenvolvimento intelectual e funcionalmente cognitivo; expressão oral; o meio ambiente; as aprendizagens escolares; o desenvolvimento efetivo social e as interações sociais; os comportamentos e a atitude em situação de aprendizagem e o desenvolvimento psicomotor.

4.3- RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO EXCLUSIVA

No final do questionário solicitei que cada professora relatasse um pouco de sua experiência em sala de aula como educadora de alunos portadores de necessidade especial, através desses relatos é possível conhecer um pouco do dia a dia dos nossos professores em sala de aula, como: suas dificuldades e suas alegrias, na superação das dificuldades encontradas em sala de aula.

Para Alves (2006, p.16) relata que a riqueza de experienciais:

Revela a realidade vivida nos sistemas de ensino e nas escolas, situações do cotidiano, que necessitam de respostas eficientes. O “não saber como fazer”, e a imprevisibilidade dos resultados, talvez seja o grande ganho neste processo, pois é neste momento de crise, que gestores e professores buscam novos conhecimentos e criam alternativas, que poderão, ou não, atender às necessidades emergentes.

Destacamos relatos de 04 participantes da pesquisa como forma de ilustrar suas dificuldades, experiências e modo de atuar junto aos alunos com necessidades especiais.

P1 - “No início o trabalho é muito árduo, mais com decorrer dos dias é ótimo, pois a interação é de uma forma maravilhosa, você aprende a conviver com o jeito, a maneira que eles se expressam e o convívio faz você perceber como é importante trabalhar com

cada um. É muito gratificante, é onde você percebe a importância da vida sendo um dom de Deus”.

P4 - “Já trabalhei com diversos tipos de deficiência. O ano passado trabalhei com 05 PNEE, confesso que não foi nada fácil, foi uma experiência trabalhosa, mais os alunos da turma ajudavam muito, o que deu certo, terminei o ano com um resultado bem positivo”.

P7 - “Tenho muita dificuldade, isso porque na sala de aula tem um grande número de alunos e acabo que não consigo promover a integração, além de não ter domínio (orientação) para enfrentar a situação”.

P9 - “Meu primeiro aluno com necessidade educativa foi um menino de 11 anos, ele tem 05 tipos de síndrome que afetam a aprendizagem e a concentração, além de ser agressivo quando contrariado [...] como educadora não podia contrariá-lo se não ele queria bater nos colegas de classe e jogava tudo que estava ao seu alcance [...] foi muito difícil porque os pais queriam tirar as crianças da sala e matricular em outra escola [...]. Minha outra experiência [...] foi com uma aluna muda, tive bastante dificuldade para ensiná-la e dar a atenção que ela merecia[...] era muito complicado, pois não sabia libras. Comecei a pesquisar atividades que pudessem contribuir para o ensino e a aprendizagem da mesma e tive bastante apoio das alunas da turma. Coloquei o alfabeto em libras exposto na sala e alguns nomes nos objetos [...] faço palavras e trabalho com dominó ilustrado [...] Assim conseguir que ela aprendesse um pouco [...], quando terminou o ano letivo ela sabia o alfabeto, os números e alguns símbolos representativos [...] Fico muito triste em não saber mais para poder ajudar meus alunos que têm essa deficiência [...]. Meu sonho é fazer um curso de libras para poder ajudar meus alunos, enquanto isso vou tentando passar o pouco que sei com muita dificuldade”.

5 – CONCLUSÃO

A partir da articulação entre a teoria (discursos formativos) e a prática da realização da pesquisa (coleta e análise dos dados), chega-se a algumas ideias conclusivas relacionadas a prática e a formação de professores que trabalham com os portadores de necessidade especiais, é possível perceber que existem vários fatores que podem dificultar o processo da educação inclusiva, dos quais podemos citar: Falta de formação adequada para os educadores, recursos físicos e pedagógicos acessíveis e corretos para cada tipo de deficiência, falta de segurança por parte dos educadores para direcionar as atividades aos seus alunos e proporcionar o ensino e aprendizagem, esses foram os principais problemas percebidos.

Logo concluo que para a escola trabalhar em uma perspectiva inclusiva, deve oferecer aos educadores uma formação adequada, envolvida na proposta educacional de inclusão, além de proporcionar aos educandos uma escola com espaço físico adequado e suporte de materiais pedagógicos aos educadores. Além desses requisitos importantes é necessário que se tenha claro por toda comunidade escolar que para se fazer a inclusão dos PNEE no ensino regular, além de professores capacitados e aptos, é necessário que os educadores se identifique com essa modalidade de ensino e que estejam preocupados com o aprendizado dos seus alunos, refletindo constantemente sua prática pedagógica e que seja capaz de criar estratégias de ensino de forma que possa atender a todos os alunos de forma igualitária. Percebemos também que a formação do educador especial se faz no âmbito da formação inicial e da formação continuada, ambas importantes. Desse modo, a formação para contemplar as exigências do novo contexto precisa ser mais generalista, um professor mais polivalente, uma vez que deve atender as demandas quanto à educação de alunos com necessidades educativas especiais do sistema educacional.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por finalidade a abordagem do tema em pauta, com o propósito de pesquisar e analisar como se dar a formação dos educadores para o atendimento dos portadores de necessidades especiais na escola inclusiva. Tendo em vista que atualmente temas sobre a formação dos educadores vêm sendo bastante evidenciados e estudados. Logo é necessária uma maior reflexão sobre as práticas educativas e inclusivas ministradas por esses educadores em sala de aula. Considera-se, que a construção do texto, tecido a partir dos embasamentos teóricos e dos dados coletados possibilita entender, que o significado da formação dos professores de educação especial pode ser apreendido no interior de políticas públicas voltadas ao encontro de direitos educacionais dos alunos portadores de necessidades educativas especiais. De um lado, observa-se o referencial teórico, o aparecimento na política educacional brasileira de discursos e iniciativas oficiais em direção à educação especial do portador de necessidades educativas especiais, do outro, a necessidade da formação do professor de educação especial para atender a diversidade desses alunos.

Atualmente, as situações novas e desafiadoras do trabalho com o aluno portador de necessidades educativas especiais exigem do professor atualização constante de conhecimentos. Em qualquer área profissional a competência é construída na busca de aperfeiçoamento num ato de motivação individual realizada no coletivo, o que não é diferente na formação de professores de educação especial. Para se pensar em uma proposta inclusiva dentro de uma escola é necessário que toda comunidade escolar esteja envolvida e se identifique com princípios educacionais humanistas cuja formação dos educadores não se esgote a sua graduação e/ou especialização, mais que os mesmos estejam continuamente se atualizando para conhecer cada vez mais as necessidades dos seus alunos. (GAIO, 2009, p.92)

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado nas concepções de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. Cabe ressaltar que ao reconhecer as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino evidenciam as necessidades de confrontar as práticas discriminatórias e cria alternativas para superá-las, logo o papel da escola é oferecer condições que superem a lógica da exclusão.

O contexto das mudanças educacionais brasileiras que estão sendo efetivadas por força da LDB, do Plano Nacional de Educação, das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na

Educação Básica e dos Parâmetros Curriculares (Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais), a escola atual não pode ficar alheia à inclusão, ao atendimento que assegure educação básica ao educando com necessidades educativas especiais.

Para tanto, faz-se necessário assegurar qualificação e o aperfeiçoamento de professores de educação especial, bem como a revisão de currículos, técnicas, métodos, recursos educativos entre outros nos processos de sua formação. Segundo Santos (2002, p.35)

A prática educativa das escolas regulares indica que os docentes não possuem preparação mínima para trabalhar com “alunos com deficiência. porque construíram suas práticas nas dificuldades específicas de cada deficiência e estão imobilizadas diante da realidade da inclusão de “alunos com deficiência” porque, historicamente, Educação Especial e Educação Comum foram tratadas isoladamente. Para estabelecer um diálogo, é necessário uma mediação entre essas duas modalidades de ensino que foram tradicionalmente separadas. Santos (2002, p.35)

Diante do exposto, e dos dados coletados no âmbito do campo da educação especial, para a efetivação de uma aprendizagem significativa para os alunos com necessidades educacionais especiais, necessário se faz atender as seguintes considerações que dizem respeito à formação de professores:

a) Que os órgãos responsáveis pelo gerenciamento da Educação Especial façam um trabalho mais efetivo e sistemático, oferecendo em parceria com as agências formadoras (universidades, faculdades, etc.), cursos para o corpo técnico e docente das Escolas Especiais a fim de viabilizar através de uma mudança postura técnica de toda a Escola, a efetiva aprendizagem dos alunos.

b) Que as agências formadoras (universidades, faculdades etc.) viabilizem cursos de graduação e pós – graduação, com currículos incluindo disciplinas e conteúdos (previstas pelo MEC desde 1994) voltados à formação de professores em educação especial.

c) Que as agências formadoras (universidades, faculdades etc.) ofereçam estágios aos estudantes interessados na área de educação especial.

Assim posto, entende-se que os professores necessitam de atualização e acompanhamento para poder assegurar uma formação que o torne capaz de promover a

condução do processo educativo de seus alunos oportunizando o desenvolvimento e as potencialidades dos mesmos, como forma de garantir a preservação da dignidade humana.

Dessa forma a escola de um modo geral vai poder oferecer a garantia do acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos, de forma que contribuía para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira e Kátia Aparecida Marangon Barbosa: **Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar**, in Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acessado em 10 de Janeiro de 2013

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura Crítica –Compreensiva** artigo a artigo/ Moacil Alves Carneiro, 17 ed. Atualizada e ampliada – Petrópolis RJ vozes 2010.

CONAE- Conferência Nacional da Educação Básica, construindo um Sistema Nacional de Educação: O plano Nacional de educação.Diretriz e Estratégias de Ação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf, acessado em 10 de março de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ **Parecer CNE/CEB 17/2001 - Homologado Despacho do Ministro Em15/8/2001**, publicado no diário oficial da união De 17/8/2001, Seção 1, P. 46,. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf, acessado em 15 de fevereiro/2013

_____. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos- Governo do Estado do Paraná Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação- **diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos-** Curitiba ano de 2006- disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf,
Acessado em 15 de fevereiro de 2013

FERREIRA, Isaac Ferreira. **SED/DIEB, Projeto Político Pedagógicos**, Dezembro de 2009, disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>, acessado em: 28 de 02 de 2013.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Uma Escola para todos: Reflexões Sobre A Prática Educativa-Inclusão**: Revista da Educação Especial / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.v.1, n.1 (out. 2005 –). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

FURTADO, Cibele Silva. **Que Inclusão é Possível? Uma Experiência na Sala de Recursos multifuncionais no município de Cuité**, PB. Monografia do curso de especialização em educação com foco ensino e aprendizagem, 2011.

GAIO, Roberta, Rosa G.Krob Meneshetti, **Caminhos pedagógicas da educação especial/ Roberta Gaio, Rosa G.Krob Meneshetti(organizadores)5.ed-** Petropolis, RJ:Vozes,2009.

GARCIA, Marcelo C. **Formação de Professores para uma mudança Educativa**, Porto Portugal, 1990(Coleção Ciência de Educação – Século XXI. V2)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. -8.reimper.- São Paulo: Atlas, 199p. 2007.

GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini Giorgi et al. **Necessidade Formativa de Professores de Redes Municipais**: contribuição para formação de professores crítico – reflexivos/Cristiano Amaral Garboggini Giorgi et al- São Paulo- Cultura Acadêmica-2011.

GOMES, Adriana Leite lima Verde et al, **A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva Escolar: A o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiências intelectual/** . Brasília: Ministério da Educação,Secretaria de Educação Especial:(Fortaleza) Universidade Federal do Ceará. 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, v. 02).

LAKATOS, Eva M; Marconi, M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>, acessado em 10 de outubro de 2012.

MARCHESI, Álvaro e MARTIN, Elena. **Da terminologia de distúrbio às necessidades educacionais especiais**. In: COOL, César, PALACIOS, Jesus, MARCHESI, Álvaro (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-23.

MAZZOTA, Marcos Jose da Silva. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, São Paulo: Cortez. 1996

MEC- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>, acessado em 10 de outubro 2012.

MEC. Inclusão. **Revista Educação Especial**. Secretaria de educação especial, v.1, Nº 1 (out.. 2005), Brasília: Secretaria educação Especial, 2005.

MELO, Amanda Meincke. **A educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusive**. Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. (Fortaleza) Universidade Federal do Ceará. 2010

PILETTI, Claudio. **Didática Geral**. 11 ed. São Paulo: Ártica 1990.

Presidência da Republica, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Disponíveis em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm, acessado em 27 de Dezembro de 2012.

RODRIGUÊS A. Esteves, M. **Análise de Necessidade na Formação de professores**, Portugal: Porto 1993.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusive.** Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: (Fortaleza) Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **A “dialética da inclusão/exclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação I, – Nupe. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, n. 17, p. 13-26, jan./jun., 2002 Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero17.pdf>. acessado em 21, marco de 2013.

SARTORETTO, Mara Lucia, **A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva Escolar: recurso pedagógicos acessível e comunicação aumentativa e alternativa.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: (Fortaleza) Universidade Federal do Ceará. 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, v. 06).

SAVIANI, Dermeval- **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Autorização da escola

AUTORIZAÇÃO

Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ribeiro Diniz, no município de Barra de Santa Rosa-PB autoriza a realização da pesquisa com o título **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos portadores de necessidades especiais**. Este estudo teve como objetivo investigar e analisar o processo de formação do educador para o atendimento dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais na Escola Inclusiva, a investigação foi realizada pela aluna **Ana Lúcia Santos Silva Gomes**, sob orientação do **Prof. José Carlos de Freitas Paula**. Durante o desenvolvimento da pesquisa, a acadêmica e seu orientador estão autorizados a frequentar a instituição para a realização da coleta de dados. Os horários e organização da coleta serão negociados previamente com a coordenação e os professores que responderam o questionário. Todos os dados coletados serão mantidos em sigilo e utilizados somente para os objetivos desta pesquisa. A acadêmica e seu orientador estarão disponíveis para esclarecimentos de dúvidas a respeito da pesquisa, sempre que for necessário.

Aluna: Ana Lúcia Santos Silva Gomes – Fone (83)91861979

Orientador: Professor: José Carlos de Paula- Fone (83) 3372-1900

Local de pesquisa: A escola escolhida para a realização do presente estudo denomina-se Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ribeiro Diniz, situa-se na Rua João Confessor de Souza, s/nº, Centro, na Cidade de Barra de Santa Rosa (PB),

Validade desta autorização: de outubro de 2012 a Abril de 2013

Cuité, 05 de outubro de 2012

APÊNDICE B – Apresentação e termo de consentimento livre e esclarecido

Meu nome é Ana Lucia Santos Silva Gomes, sou aluna da Universidade Federal de Campina Grande- Centro de Educação e Saúde - UFCG/CES e juntamente com meu professor e orientador José Carlos de Freitas Paula, estamos estudando a Formação de professores para o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ribeiro Diniz e pretendo diagnosticar qual o tipo de formação é oferecida aos mesmo para atuarem diretamente com esses alunos. Torna-se um colaborador para o processo de entendimento desta experiência como etapa de formação. Para que eu possa completar o meu trabalho, precisarei fazer-lhe algumas perguntas. As perguntas poderão ser respondidas através de um questionário aplicado por mim e, somente eu, terei acesso a elas. No meu trabalho escrito só aparecerão às respostas dos entrevistados de forma que ninguém conseguirá identificar sua origem porque usaremos nomes fictícios. A participação não trará qualquer risco, desconforto ou comprometimento para você. Queremos com a sua participação pensar em estratégias que possam melhorar a formação de professores da nossa região. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo pode entrar em contato diretamente com o meu orientador Professor. Pelo telefone (83)3372-1900 ou comigo mesma no telefone (83) 91861979. Caso concorde em participar desta pesquisa assine em baixo.

Eu,

Fui esclarecido (a) sobre a pesquisa: Educação Inclusiva: reflexão sobre a Formação de Professores para o atendimento de alunos portadores de Necessidades Especiais na Escola inclusiva e declaro que as perguntas foram respondidas por mim.

Cuité, 06 de Março de 2013.

APÊNDICE C – Questionário de pesquisa de campo

Os dados serão utilizados para pesquisas e elaboração do TCC em Licenciatura em Biologia na UFCG/PB com tema: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um olhar sobre a prática e a formação de educadores para o atendimento aos portadores de necessidades especiais**

Data do preenchimento do questionário: ___/___/___

Escola: _____

Serie que leciona: _____

- 1- Qual sua formação como educador de Alunos Portadores de Necessidade Especiais?

- 2- Quantos anos você trabalha com pessoas com necessidade educativas especiais?
 - () de 01 a 05 anos
 - () 05 a 10 anos
 - () mais de 10 anos

- 3- Você teve ou tem dificuldade para atender os portadores de necessidades educativas especiais?

- 4- Sua escola oferece algum tipo de recursos e/ou preparação para o educador atender os portadores de necessidades educativas especiais?

- 5- O que você entende por escola inclusiva?

- 6- Na sua escola tem sala multifuncional?
 - Sim()
 - Não()
 - Como funciona? _____

- 7- Como você proporciona aos seus alunos um processo de aprendizagem significativo?

- 8- Como ocorre o processo avaliativo, tendo como base o ensino e aprendizagem e a inclusão escolar?

- 9- Relate suas experiências como professora de alunos portadores de necessidades educativas especiais.